

CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Resumo

O objetivo da pesquisa é proporcionar um controle do ativo imobilizado da Irmandade do Divino Espírito Santo - IDES, mediante localização, identificação, etiquetagem e registro dos itens pertencentes ao patrimônio da mesma para que com os dados obtidos seja possível o correto registro desses bens na contabilidade da Instituição, auxiliando numa melhor avaliação e controle do patrimônio. A pesquisa é do tipo participante de caráter exploratório e descritivo. A necessidade do projeto foi importante na identificação de modificações ocorridas no patrimônio da entidade, sejam elas classificadas por sua natureza ou por seu valor, tais modificações são melhor interpretadas através das informações geradas pela contabilidade, pois elas possibilitam, à seus usuários, ter conhecimento da situação patrimonial e assim melhor avaliar, planejar e definir as ações a serem executadas. Sendo assim, é essencial a correta identificação e registro dos bens que pertencem à entidade. Constatou-se que essas organizações trabalham constantemente com a falta de recursos para manutenção e reposição de bens necessários na realização de seus programas sociais, necessitando então, de meios que possibilitem, de alguma forma, a otimização seus recursos, e conseqüentemente, a ampliação ou aprimoramento de suas atividades.

Palavras-chaves: terceiro setor, ativo imobilizado, controle.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas em uma Instituição do terceiro setor, denominadas Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES com parceria PROMENOR. Tais atividades consistiram no levantamento documental e físico dos bens materiais considerados imobilizáveis e sua correta contabilização.

A IDES, formada em 1773, é uma organização filantrópica, sem fins lucrativos, não governamental cuja missão é: “Atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social”. Em 1977 a IDES, incorporou a Sociedade Promocional do Menor Trabalhador – PROMENOR, cujo objetivo é integrar o jovem no mercado de trabalho, oferecendo cursos de capacitação e experiência no primeiro emprego. Hoje a Instituição é constituída de programas que auxiliam na formação desses jovens e todos esses programas realizados pela Instituição vêm a beneficiar principalmente, a comunidade da cidade de Florianópolis. Os programas praticados pela Instituição são o Lar São Vicente de Paulo (0 a 6 anos), o Centro educacional Girassol (2 a 6 anos), o Espaço Alternativo do Saber(7 a 14 anos), Centro de Aprendizagem Profissional (a partir de 14 anos) e o Programa Jovem Trabalhador (14 a 18 anos).

A estrutura organizacional da Irmandade é constituída por uma Diretoria, onde temos Provedor, Vice, Conselho Consultivo e Fiscal todos trabalhos voluntários, cujos membros são escolhidos entre os irmãos, amigos pessoas em quem confiam. Para administrar os Projetos Sociais, assim como os recursos oriundos de convênios, parcerias, doações e subsídios legais e institucionais, possui em sua estrutura organizacional alguns funcionários e estagiários, os quais trabalham em função da demanda dos projetos sociais.

A Instituição executa suas atividades com recursos financeiros que são provenientes de doações, convênios com órgãos públicos e privados, municipal e estadual, comercialização de produtos, parcerias com empresas e através de eventos, como a Festa do Divino Espírito Santo. A Irmandade conta com parcerias como o Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Federação Catarinense de Tênis / Instituto do Tênis, Universidade Federal de Santa Catarina – Curso de Odontologia, Ciências Contábeis e Serviço Social, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Portal Social UNISUL, Pró-Música, Coro ELETROSUL e Associação Transmissão da Cidadania e do Saber. É por dispor de maneiras diversificadas de recursos, principalmente aqueles recebidos em doação, que a entidade encontra dificuldade em controlar e mensurar tais bens.

O presente projeto teve como objetivo correlacionar a teoria contábil com a prática de controle do ativo imobilizado na IDES – PROMENOR, mediante localização, a identificação, a etiquetagem e o registro no sistema patrimonial dos itens pertencentes ao patrimônio da mesma, a fim de se propor uma melhor administração e avaliação dos elementos do patrimônio utilizados em seus projetos sociais.

2. METODOLOGIA

No desenvolver da questão proposta pela pesquisa a metodologia aplicada para realização do estudo é de natureza exploratória e descritiva. Para Gil (1996, p.45), pesquisa exploratória caracteriza – se por proporcionar “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A pesquisa se caracteriza como exploratória pela necessidade de explorar uma área tão pouco explorada, como é a Contabilidade para as Organizações do terceiro setor, e ir em busca de novas idéias e conhecimentos com finalidade de melhorar e adequar o instrumento da realidade que se pretende conhecer, utilizando-se de abordagens qualitativas. A sua natureza exploratória e descritiva está evidenciada na necessidade de explorar uma área de controle do ativo imobilizado da Instituição em questão.

A pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de toda pesquisa. Segundo Gil (1994), além das fontes primárias (ocorre quando o pesquisador refere-se à obra direta do autor, em seu original), utiliza-se as chamadas fontes secundárias (quando o pesquisador remete-se à obra direta do autor a partir da leitura de outro autor que escreve sobre o assunto abordado).

A pesquisa documental visa coletar elementos relevantes para o estudo, e realizada a partir da consulta em documentos da ONG, como por exemplo, livro razão e diário.

O projeto caracteriza-se também como estudo de caso, pois segundo Gil (1996, p.58), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”.

Por fim o processo de coleta de dados foi feito a partir de visitas as instalações da IDES, para que fosse feito todo levantamento físico dos bens imobilizáveis, consulta de todos os documentos necessários para o registro dos bens, como livro razão, livro diário e notas fiscais de determinado período. Com o levantamento dos dados e a classificação dos bens no sistema, cada ativo imobilizado recebeu o número do registro do patrimônio. O trabalho se concretizou na própria Instituição com auxílio de alguns funcionários que forneceram os dados e informações sobre a Instituição, além de disponibilizar todo o material necessário para realização do projeto.

3. TERCEIRO SETOR

A contabilidade é uma Ciência Social que estuda e pratica um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização, seja ela do Primeiro, Segundo ou Terceiro setor. É ela quem controla o patrimônio das entidades, demonstra o resultado produzido, favorece a compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades.

A obrigação de prestar contas e de que esta prestação seja efetiva, deixam claro que questões de natureza contábil não são assuntos apenas de empresas que visam lucro. As demonstrações contábeis, pelo conjunto de informações quantitativas e qualitativas que contêm, constituem o fundamental instrumento de prestação de contas, além de ser uma exigência legal. Sendo que para ser aplicada ao Terceiro Setor basta que seja seguida uma nomenclatura específica.

O terceiro setor segundo Lisboa (2003, p.253), “compreende qualquer forma de atuação de organização privada sem fins lucrativos dirigida a finalidades públicas”.

Segundo Franco (1997, apud Coelho, 2000, p.59), “somente podemos dizer que tem fins públicos aquelas organizações do terceiro setor que produzem bens ou serviços de interesse geral da sociedade”. Coelho (2000, p. 59) explica que as organizações que possuem fins coletivos privados são aquelas que atendem a grupos específicos, como os grupos literários.

O terceiro setor diferencia-se, do primeiro setor, que tem por objetivo a satisfação das necessidades sociais coletivas, e do segundo setor, que também é formado por organizações privadas, mas que tem por objetivo o lucro por meio da venda de bens e serviços.

O terceiro setor surgiu com o objetivo de ajudar a população a criar instituições para que essas desenvolvam a assistência social, a cultura, a educação, a alimentação e a saúde às pessoas que por algum motivo não são atendidas pelo primeiro e segundo setor. Fazem parte do terceiro setor as associações, fundações, sociedades, organizações religiosas, partidos políticos e cooperativas.

É notável o crescimento das entidades enquadradas no terceiro setor, elas vêm substituindo o Estado e as empresas na solução de problemas sócias, que acumulariam e causariam problemas bem maiores. De acordo com Ioschpe (2000, p.26), Terceiro Setor

é um conceito que vem sendo utilizado no Brasil e em outros países, principalmente nos Estados Unidos da América, para designar o conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às praticas de caridade, da filantropia e do mecenato, voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

De acordo com ensinamento de Hudson (1999, p.1), as organizações participantes do Terceiro Setor possuem duas características principais que as diferem das demais: não distribuem lucro, nem estão sujeitas ao controle estatal.

Já Ioschpe (2000, p.143), considera como características mais particulares e complementares do Terceiro Setor as entidades que,

não tem fins lucrativos; são formadas total ou parcialmente por cidadãos organizados voluntariamente; o corpo técnico normalmente é constituído por cidadãos ligados à organização por razões filosóficas; são orientadas para a ação;

comumente são intermediárias entre o cidadão comum e entidades que podem participar da solução de problemas identificados.

A responsabilidade Social é a responsabilidade que as empresas mantem em relação à sociedade, representando o quanto de esforço uma empresa faz para contribuir para uma sociedade mais justa, além de evidenciar a relação empresa/sociedade. Essa responsabilidade das empresas pode ser em relação aos próprios funcionários, com a criação de creches (instituição de ensino), ou com a própria sociedade, auxiliando na manutenção de entidades assistências (ONGs).

4. ATIVO

O ativo é considerado como o conjunto de bens e direitos de uma entidade, possuindo o seguinte detalhamento:

Ativo Circulante: Bens e direitos pertencentes à entidade, que estão em constante circulação;

Ativo Realizável à Longo Prazo: Bens e Direitos pertencentes à entidade, porém que se realizarão após o período de um ano, ou no exercício seguinte.

Ativo Permanente: Bens e direitos pertencentes à entidade, que se identificam por possuir característica permanente ou de longo prazo e por não estarem dentro das atividades operacionais da empresa.

4.1 Ativo Permanente

Ativo Permanente são os bens e direitos de uma empresa que não sofrem movimentação constante. Segundo o Portal de Contabilidade,

no subgrupo Investimentos do Ativo Permanente devem ser classificadas as participações societárias permanentes, assim entendidas as importâncias aplicadas na aquisição de ações e outros títulos de participação societária, com a intenção de mantê-las em caráter permanente, seja para se obter o controle societário, seja por interesses econômicos, entre eles, como fonte permanente de renda.

O ativo Permanente tem por característica a longevidade em termos de vida útil e/ou permanência dentro da entidade, num primeiro momento não são destinados à venda.

Segundo Shoji:

Os recursos aplicados no ativo permanente, como o próprio nome sugere, estão todas as aplicações de recursos feitas pela empresa de forma permanente (fixa), que são representadas pelos:

- Bens adquiridos para uso da empresa,
- Aplicações de recursos na compra de ações ou quotas de outras empresas de caráter permanente,
- Aplicação de recursos em despesas que devam onerar o resultado de vários exercícios.

O ativo permanente é por sua vez subdividido em: Investimentos Permanentes; Ativo Imobilizado; Ativo Diferido.

4.1.1 Investimentos Permanentes

Os investimentos permanentes são caracterizados por participações em outras sociedades e segundo a Lei das sociedades por Ações, Lei 6404/1976 art. 179 item V investimentos é “as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa”.

Segundo Coelho e Ferreira, “os investimentos são bens e direitos que não tem qualquer relação com a atividade fim da empresa, sendo por ela adquiridos como aplicação para obtenção de lucros”.

4.1.2 Ativo Diferido

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, ativo diferido é,

as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

No ativo diferido estão caracterizados as despesas que poderão trazer benefícios futuros à entidade, basicamente as despesas são com desenvolvimentos, pesquisas e implantações de produtos e ou instalações.

O grupo Ativo Diferido, apresenta, em geral, as seguintes contas:

- I - gastos de implantação e pré-operacionais;
- II - gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos;
- III - gastos de implantação de sistemas e métodos;
- IV - gastos de reorganização ou reestruturação.

4.1.3 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é formado por bens e direitos registrados como permanentes, pois não há intenção inicial de vendê-los e permanecem por vários exercícios nas atividades da empresa. Marion (2005, p. 327) diz que “Entende-se por ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda”. Logo subentende-se que neste grupo de contas do balanço são incluídos todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento.

A classificação dos bens no ativo imobilizado está vinculada ao objeto da sua utilização. Desta forma, quaisquer direitos que representem bens que não estejam empregados na manutenção das atividades da empresa, ou a isso destinado, devem ser classificados fora do ativo imobilizado.

Cada empresa, em seu ramo de atividade, classifica os bens do ativo imobilizado conforme sua necessidade de registro. Bens da mesma natureza, adquiridos pela empresa ao longo dos anos são registrados na mesma conta, facilitando, por exemplo, o lançamento da depreciação, pois estes possuem taxa de depreciação igual.

As doações são para muitas Entidades de Interesse Social as mais importantes fontes de recursos. Essas doações podem ser em dinheiro, gêneros alimentícios, equipamentos ou

outro ativo qualquer ou também por meio de prestação de serviços. Considera-se doação uma transferência ou uma promessa de transferência de dinheiro ou outros ativos para uma entidade, ou um cancelamento de um passivo, sem a necessidade de uma contrapartida. Conforme a NBC T 4.2.7.2 “Os bens e direitos recebidos por doação são registrados pelo valor nominal ou de mercado, o que for mais claramente identificado”.

Quando se trata de Ativo Imobilizado é necessário que seja feito um controle interno na instituição, para que se tenha tudo registrado devidamente, conforme a legislação vigente, a NBC T 10, que trata dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, no seu item NBC T 10.19 - Entidades sem Finalidades de Lucros, afirma que “10.19.2.3 - As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receitas. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social”.

São alguns exemplos de contas do Imobilizado: tangíveis (Terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, móveis e utensílios, veículos, ferramentas e peças de reposição, construções em andamento, consórcios, importações em andamento, etc.), como na forma intangível (marcas, patentes, etc.).

Conforme a NBC T 10.19, "aplicam-se às entidades sem finalidade de lucros os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados (...)". A Resolução CFC nº 877/00 estabelece que as receitas e despesas devem ser reconhecidas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Finalmente, a NBC T 4.2.7.1 determina que “os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica”.

Segundo o primeiro Relatório Técnico Científico, A Lei 6404/76, no art. 183, item V e art. 185 § 1º letra a:

a avaliação dos elementos pertencentes ao ativo imobilizado é dado como: Os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização e exaustão;
Serão corrigidos com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais:
o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive os recursos, aplicados no ativo diferido, os saldos das respectivas contas de depreciação, amortização e exaustão e as provisões para perdas.

O custo de aquisição engloba todos os sacrifícios financeiros para colocar o bem ou direito em operação, sendo possível, para as empresas industriais e comerciais, recuperar o valor do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pago, segundo a legislação vigente.

Os custos do bem podem ser corrigidos quando este sofre depreciação, amortização ou exaustão, que nada mais é que o desgaste natural ocorrido ao longo do tempo.

Segundo a Receita Federal:

A depreciação de bens do ativo imobilizado corresponde à diminuição do valor dos elementos ali classificáveis, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal. Referida perda de valor dos ativos, que têm por objeto bens físicos do ativo imobilizado das empresas, será registrada periodicamente nas contas de custo ou despesa (encargos de depreciação do período de apuração) que terão como contrapartida contas de registro da depreciação acumulada, classificadas como contas retificadoras do ativo permanente (RIR/1999, art. 305).

Desse modo, não existe razão para deixar de utilizar o processo de depreciação (por depreciação devemos entender como sendo o custo ou a despesa decorrentes do desgaste ou da obsolescência dos ativos da empresa.), inclusive em relação aos bens doados. Já que existe uma legislação específica para o registro de tais bens. Em quaisquer circunstâncias o registro deve ser o seguinte: Débito - Despesa de Depreciação; Crédito - Depreciação Acumulada.

5. CONTROLE PATRIMONIAL

Controlar o patrimônio não se restringe apenas à evidenciar o bem e atribuir-lhe o devido valor, há também a questão de saber sua vida útil, seu estado de conservação, sua possível manutenção ou troca e etc.

Um controle patrimonial adequado permite a entidade conduzir suas atividades sem que haja imprevistos, por falta ou quebra do bem.

No Balanço Patrimonial está estruturada a conta do Ativo, que correspondem aos bens e direitos de uma entidade, sua subdivisão detalha também o Ativo Permanente, constando aí o Imobilizado, cujas características estão listadas mais adiante.

Iudícibus, Martins, Gelbeck (2007, p. 191), dizem que, para controlar o registro contábil, “o imobilizado deve ter contas para cada classe principal de ativo, para o registro do seu custo”.

Além do registro contábil, torna-se necessária à criação de alguns controles extra-contábeis, para registros individuais de cada unidade que compõe o ativo imobilizado.

Registros individuais de bens podem ser mantidos manualmente ou por sistemas computadorizados de controle patrimonial, dependendo do volume de bens patrimoniais da empresa.

Registros individuais de bens podem ser mantidos manualmente ou por sistemas computadorizados de controle patrimonial, dependendo do volume de bens patrimoniais da empresa. Registros extra-contábeis não são obrigatórios, mesmo porque não há legislação que obrigue, porém são de grande utilidade para o controle do patrimônio da entidade.

6. OBJETIVO

Acredita-se que com o projeto seja operacionalizado um Sistema de Controle Patrimonial, que tem por finalidade cadastrar e manter atualizadas informações indispensáveis para a instituição, transparecendo os resultados de atividades feitas na Instituição IDES/PROMENOR, que foi: localizar, identificar e etiquetar os itens que compõem o patrimônio da mesma, e com os dados obtidos seja possível a sua correta contabilização e uma conscientização sobre a importância de ter e manter o controle sobre os bens. Outro objetivo foi o de correlacionar a teoria contábil com a prática de controle do ativo imobilizado, a fim de se propor uma melhor administração e avaliação dos elementos do patrimônio utilizados em seus projetos sociais.

Tal patrimônio ainda será avaliado em termos qualitativos e quantitativos, sendo descrito o estado em que o bem se encontra e seu possível valor monetário, sendo tal trabalho efetuado num projeto futuro. Quando estiver tudo mensurado, restará apenas a ‘alimentação’ no sistema dos novos bens adquiridos.

7. IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE PATRIMONIAL

Primeiramente foi necessário fazer um reconhecimento das instalações, tanto como construção, como suas funcionalidades, os projetos que desenvolviam, tais como o Jardim Girassol, o Brechó, a Casa Lar e a Inclusão do Jovem no Mercado de Trabalho e Abrigo São Vicente Paula, resultando num maior esclarecimento quanto a sua estrutura organizacional.

Com ajuda de funcionários e com muitas pesquisas conseguimos uma planta baixa de toda edificação pertencente à Instituição, com a planta baixa foi possível classificar cada Programa com suas respectivas salas auxiliando no cadastro e na localização de cada ativo imobilizado. Cada sala recebeu seu respectivo nome, tornando o começo do levantamento físico dos bens da Instituição. Anotados todos os procedimentos manualmente, realizando a descrição individual de cada bem, foi possível realizar levantamento de todos os itens pertencente a IDES. No levantamento ouve a descrição de tudo que fosse necessário para o cadastro e sua avaliação comparando com o levantamento do bem em notas fiscais, assim obtendo as corretas datas de aquisição (vida útil), e seu valor original de compra. Outro ponto muito importante para o cadastro do bem e para o correto lançamento no balanço, é necessário à anotação da origem desses bens, podendo ser oriundo de doação ou compra. Depois de todo o levantamento físico, é preciso à correta e constante atualização desses dados.

O controle patrimonial só existirá se houver o definitivo controle de tudo que entra, de todo ativo que vai para conserto, manutenção ou que vira sucata. Para isso, junto a um programador voluntário da Instituição, desenvolvemos um sistema onde cadastramos todos esses bens com suas devidas classificações e seu respectivo número de cadastro, denominado número patrimonial, através da colocação de etiquetas enumeradas de 0001 a 2759.

Nesse cadastro estão todas as informações relevantes para o controle do levantamento. Nos sistemas estão contidas informações como, onde o bem está localizado, de que material é constituído, qual é a marca, modelo, quem é o responsável, data de aquisição, depreciação, seu valor, numero da nota fiscal, a sala que se localiza, sua procedência e o número de cadastro da etiqueta.

Assim com uma breve pesquisa passou a ser possível saber em que condições encontra-se o bem. Depois da constituição do programa, confrontamos os dados recolhidos no levantamento de notas fiscais antigas e recentes, com os bens cadastrados.

Tivemos muitas dificuldades, pois havia pouca documentação com registro dos bens, muitos bens são provenientes de doações, e não era feito nenhum registro. Assim podemos observar o quão desatualizada estava a contabilização desses dados. A partir desse processo, o projeto ainda continua em andamento, pois agora será realizada toda a parte de mensuração dos valores além da depreciação de alguns bens e de alguns processos de reavaliações.

8. RESULTADOS:

O projeto realizado possibilitou um controle efetivo de seus bens, através de varias reuniões para integração do pessoal com o assunto em questão, possibilitamos a conscientização do quanto é importante ter o controle do ativo imobilizado para estabelecer critérios de uso e otimização dos resultados.

Elaboramos um fluxograma de atividades para que todo o controle seja atualizado constantemente, onde todo bem patrimonial, agora possui seu número patrimonial dentro do

sistema implantado especialmente para o controle dos bens. Apesar das dificuldades encontradas, foi possível implantar um Setor de controle patrimonial, que passará a controlar todas as funções e atribuições atinentes a tarefa do controle físico e contábil dos bens patrimoniais da instituição. Com o funcionamento desse setor alcançamos nosso objetivo maior, em possibilitar um cadastrado atualizado para que a partir do atual momento, tenha uma seqüência, uma continuação do trabalho proposto.

Contudo o projeto continua em andamento, pois para ter um fim precisamos mensurar os valores atuais dos bens cadastrados e fazer sua devida depreciação, em cima de dados coletados nos livros razão, diário e dados de notas fiscais. E um outro objetivo a ser realizado na instituição, é que tenhamos a possibilidade de realizar uma transferência automatizada dos dados do sistema Patrimonial para uma contabilização direta.

9. CONCLUSÃO

As dificuldades encontradas nos mostraram que ainda há muita falta de conscientização por parte dos leigos em contabilidade, sobre o quão é importante o controle do ativo imobilizado para contabilidade e para a Instituição. Pois através dos dados coletados temos um resultado de grande relevância para tomada de decisão.

Percebemos que o assunto não é muito abordado em literaturas conhecidas da área, e esperamos que nosso trabalho aflore em outros interessados do tema a procurar e se aprofundar em algumas peculiaridades da implantação de um levantamento físico de ativos patrimoniais de uma organização do terceiro setor.

Uma grande polêmica que encontramos no projeto foi de não encontrarmos um embasamento teórico para a posição correta de uma etiqueta em um bem. E qual é o melhor tipo de etiqueta para se colocar em um bem sem a depreciação do próprio. Tivemos dúvidas em quais bens colocar etiquetas e quais não colocar por estar em uso, e com a falta de contabilização encontrada na instituição, dificultou a classificação desses bens.

A entidade ainda precisa melhorar o gerenciamento dos bens, pois precisa conscientizar seus funcionários da importância de um trabalho em conjunto, para gerar perfeita administração dos dados. Pois com a correta utilização dos dados proporcionados pelo projeto conseguimos utilizar as informações geradas que possibilitaram aos seus usuários um conhecimento da situação patrimonial, para assim melhor avaliar, planejar e definir as decisões a serem tomadas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organização do Terceiro Setor**. 1.ed.São Paulo: Atlas,2006.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BARROSO JUNIOR, Adalberto de Andrade. **Administração Patrimonial**. São Paulo: Pró-Ciência, 1981.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações** (aplicável às demais sociedades). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Lei nº6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm> Acesso em: 24 junho 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

PANCERI, Regina. **Terceiro setor**: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina.

REGULAMENTO IMPOSTO DE RENDA.

Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/L2Parte2.htm>>. Acesso em: 21 junho 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor**: Criação de Ongs e estratégias de atuação – São Paulo: Editora Atlas, 2004. 2ª Edição.

Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>> Acesso em: 20 junho 2008.

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 06 maio 2008.

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em: 11 abril 2008.

Disponível em: <http://www.shoji.cnt.br/apostilas/ativo_permanente_imobilizado.pdf>. Acesso em: 13 julho 2008.